

O mito do paraíso perdido (Amazônia) como elemento na construção do discurso do desenvolvimento sustentável e da divisão ecológica internacional

FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES

.Universidade Federal de Roraima-UFRR/Depto. de Ciências Sociais.

Doutoranda do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as
Américas-CEPPAC/UnB

Endereço eletrônico: francerodrigues@yahoo.com.br ou
france@unb.br

Resumo

Este texto pretende buscar o entendimento sobre as representações do mundo selvagem, do mundo natural, da busca do Paraíso terrestre reconstruídos no período da "descoberta" do Novo Mundo e a forma como se articulam com as representações atuais sobre a Amazônia como reservatório de biodiversidade, da criação da Divisão Ecológica Internacional e o discurso do desenvolvimento sustentável. A fauna e flora extraordinárias são, em parte, os elementos que compõem o processo de construção das Representações Sociais sobre o Novo Mundo, proporcionando as condições da criação do mito moderno do Paraíso perdido expresso nas concepções de áreas protegidas ou *nichos ecológicos* presentes nas políticas de resolução da crise ambiental planetária (Diegues, 1996) e que considera a Amazônia como reservatório de biodiversidade e, conseqüentemente, o lugar de salvação para a crise ambiental.

Palavras Chaves: Representações Sociais sobre o Novo Mundo e a Amazônia - Divisão Ecológica Internacional – Crise ambiental

Abstarct

This text aims at understanding about the representations of wild and natural worlds, of the search for Terrestrial Paradise reconstructed during the New World "discovery" as well as of the way such representations articulate with current representations of the Amazonia as a biodiversity reservoir, of the Ecological International Division creation and of the sustainable development discourse. The extraordinary flora and fauna are, somehow, the elements which make up the process of construction of Social Representations about the New World, giving conditions for the creation of the modern myth of lost Paradise expressed in the conceptions of protected areas or *ecological niches* present at resolution politics for planetary environmental crisis (Diegues, 1996), and considers the Amazonia as a biodiversity reservoir; consequently, the salvation site for an

environmental crisis.

Key words: Social Representations about the New World and the Amazonia - Ecological International Division - Environmental Crisis

Introdução

Este trabalho pretende analisar de que forma as representações do mundo selvagem, do mundo natural, da busca do Paraíso terrestre reconstruídos no período da descoberta do Novo Mundo se articulam com as representações atuais sobre a Amazônia como reservatório de biodiversidade, da criação da Divisão Ecológica Internacional e o discurso do desenvolvimento sustentável.

A Europa do século XV construiu um imaginário para o qual a América, habitada por povos bárbaros, deveria transformar-se em um Novo Mundo. Nela, os descobridores e colonizadores deveriam implantar todos os padrões básicos da cultura europeia, soterrando a barbárie. As cidades construídas, segundo as determinações dos europeus, representariam a implantação dos padrões básicos da cultura europeia. Seria a expressão primeira de um Novo Mundo criado à imagem e semelhança do velho. Assim, a América refeita, segundo os moldes europeus, tornar-se-ia parte substancial na montagem de uma economia mundial, centralizada em Portugal e na Espanha.

O olhar sobre a América vai se modificando. A percepção do mundo desconhecido, externo, tem como ponto de partida o que já se conhece, o mundo que é familiar. O imaginário do conquistador construiu uma visão deste mundo que incluía a possibilidade de existência de *um outro ser* (homem americano) e de um outro *espaço geográfico* (Novo Mundo) a *serem construídos não segundo uma realidade concreta derivada do conhecimento singular do objeto, mas de um processo inverso no qual os signos se encarregam de representar o sonho da coisa* (Baumann;1992:58).

Segundo Cancelli (2001), a projeção sobre a América funde a um só tempo o desejo, o sonho e a projeção de futuro. Esse Novo Mundo exerce uma atração para a aventura, a riqueza e a lascívia, ao mesmo tempo em que se converte, principalmente a América Latina, em pesadelo, como lugar de dificuldade, de pobreza, de miséria. A relação paraíso e inferno, pesadelo e castigo também estão presentes na construção do imaginário e representação sobre a Amazônia brasileira, ou seja, como lugar de degredo representado pelas condições extremas que dificultam a sobrevivência do homem e necessitam ser ultrapassadas; são penitências para garantir um lugar neste Paraíso. Sendo assim, antes de chegar ao paraíso, tem-se que passar pelo purgatório, lugar intermediário entre o céu e o inferno, lugar purificador (Pieroni;1998).

Por outro lado, a representação sobre a Amazônia enquanto lugar

paradisiaco está centrada na construção de um discurso da Amazônia como reservatório de biodiversidade e, conseqüentemente, o lugar de salvação para a crise ambiental.

Representação do novo mundo

Entende-se representação social como *um processo de construção social da realidade* cuja função é a naturalização de determinadas idéias e a apreensão do mundo, para assim poder interpretá-lo. É esta interpretação que direcionará as relações dos indivíduos com o mundo, orientando e organizando as formas de comunicação e conduta (Jodelet; 1984. In: Andrade, 1999:108). Neste sentido, os elementos que compõem o processo de construção das Representações Sociais são informações, imagens, atitudes, idéias, valores e crenças.

Na literatura, porém, há uma certa imprecisão quanto aos estudos das *representações sociais*, muitas vezes utilizadas como sinônimo de *imaginário social*. Nas definições conceituais há uma junção entre linguagem, símbolo, imaginário e representação. A relação *simbólica*, *entre o signo e o que ele dá a conhecer é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso ao imaginário* (Capelato & Dutra; 2000:228).

As sociedades elegem sempre algumas formas prioritárias de se representarem, de falar de si mesmas. Nas sociedades Antiga e Medieval, os mitos - narrativas que descrevem a origem do mundo, do homem e as suas relações com os deuses e os espíritos - funcionavam como processos de significações que tinham finalidades práticas de conhecer e agir sobre o mundo¹. O imaginário social deste longo período se construía a partir das lendas que descreviam a Índia e sua mitologia, a busca do paraíso e da vida eterna. O imaginário do homem medieval era alimentado pelas lendas que descreviam o mundo fantástico oriental, retratado nas viagens de Marco Pólo, Mandeville, Pierre d'Ailly² dentre outros. As lendas e mitos instigavam no homem medieval o afã de encontrar o Paraíso de Adão, que pressupunha existir na Índia misteriosa.

Este imaginário social se constituía como uma força que regulava a vida coletiva, como elemento de controle, orientando interpretações e ações sobre o meio. O desenvolvimento da astronomia, ainda no século XIV, a expansão marítima e, com isso, a abertura para o mundo revolucionaram as noções de *tempo e espaço* e, conseqüentemente, reforçaram o imaginário sobre a possibilidade de

¹ Edgar Morin afirma que os mitos não falam somente das cosmogêneses, não falam somente da passagem da natureza à cultura, mas de tudo o que concerne à identidade, ao passado, futuro, possível, impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração e por isso não pode ser interpretado por uma lógica única, mas por uma polilógica, comportando também algo de contingente e arbitrário., Morin, Edgar. O método: conhecimento do conhecimento. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1986, p. 150.

² Marco Pólo (1251-132) As viagens de Marco Pólo; Jehan de Mandeville (1300-1372) Maravilhas do Mundo; Pierre d'Ailly (1340-1420) Imago Mundi.

localizar o Paraíso terrestre. As imagens sobre uma natureza diversificada, oriunda e influenciada pela mitologia indiana, determinavam atitudes e construção de idéias, valores e crenças sobre a possibilidade de encontrar *um grande rio que nascia em um lugar aprazível, cujas águas encobriam riquezas, e não muito longe uma fonte convidava para a total supressão dos males sociais, onde a fome, as doenças e as pestes continuamente dizimavam respeitáveis contingentes humanos* (Gondim;1994:10). A fauna e flora extraordinárias são, em parte, os elementos que compõem o processo de construção das Representações Sociais sobre o Novo Mundo, proporcionando as condições da criação do mito moderno do Paraíso perdido, expresso nas concepções de áreas protegidas ou *nichos ecológicos* presentes nas políticas de resolução da crise ambiental planetária (Diegues,1996).

Representações sobre a Amazônia e a construção da crise ambiental como crise global

No século XVIII, Pedro de Rates Hanequim, que vivera no Brasil, afirmou que o paraíso terrestre existia e se localizava no Brasil, que os rios Amazonas e São Francisco eram dois dos quatro rios paradisíacos e Adão tinha sido criado por Deus na América.

Nas representações literárias, o lugar de utopias é quase sempre uma ilha. As representações do Brasil também surgem como uma ilha paradisíaca. No que diz respeito ao Brasil *real* no imaginário mítico e escatológico ocidental, é conhecida a persistente caracterização paradisíaca da terra brasileira desde o seu descobrimento. O próprio Voltaire, em 1756, concorda com a opinião estabelecida, segundo a qual ali reina uma eterna primavera e se vive até os 120 anos de idade. Também são conhecidas as teses de Sérgio Buarque de Holanda sobre o modo como a *Visão do Paraíso* está presente no descobrimento e colonização do Brasil. O Brasil surge então como terra paradisíaca, de inocência, liberdade e abundância, lugar de realização ou de convite à realização do bem, da plenitude e do universal. Pode-se dizer que, assim como a América foi inventada antes de ser descoberta (Todorov,1996), o mito da ilha Brasil é anterior ao *achamento* do Brasil (Zantelli,1996).

Com o passar do tempo, a representação da localização do paraíso vai se alterando. As expedições científicas dão novo alento à representação do Brasil e, em especial, da Amazônia. No século XVIII, a expedição dos sábios da Academia de Ciências de Paris, cujo relator foi La Condamine, descrevia que o *homem americano ainda está na infância do mundo*. Descreve com detalhes a fauna e flora, os fenômenos do rio tal, como a pororoca. A verdade de La Condamine repousava sobre as maravilhas da natureza tropical. Outras expedições sucederam a de La Condamine, como a chefiada pelo professor George Edward Waldron, do Instituto Zoológico, todas em busca de um mundo perdido, da origem do homem

e de sua historiografia (Gondim; 1994).

Estas representações do mundo selvagem, da natureza em estado puro e do mundo natural intocado pelos homens servirão de sustentação para a criação de parques nacionais americanos, em meados do século XIX nos Estados Unidos, ou seja, a recriação do mito do Paraíso perdido servirá de base para a representação e conceituação de áreas protegidas. A representação do mundo natural como algo intocável configura-se como um *neomito*, estabelecendo uma simbiose entre o pensamento racional e o mitológico. Como afirma Thuillier, *nos textos com preocupações ecológicas, os velhos mitos reaparecem de forma espontânea com um entusiasmo quase religioso e com vigor apocalíptico* (Thuillier; In: Guedes; 1996:289).

Segundo Morin (1991), ao mesmo tempo em que a história contemporânea dissolve as antigas mitologias, cria e restabelece outras mitologias, e recria de forma moderna o pensamento simbólico, mitológico, mágico.

Nesse processo de transformação, o pensamento mitológico evoluiu, deslocou-se, transformou-se e produziu neomitos, que se fixaram em idéias. O neomito reintroduz a explicação pelo vivo, o singular, o concreto onde reina a explicação pelo físico, o geral, o abstrato. Mas é o concreto vivido que, infiltrando-se na idéia abstrata ou geral, a torna viva. Não reintroduz os deuses e os espíritos. Espiritualiza a idéia a partir do interior. Não retira necessariamente o sentido racional da idéia parasitada. Inocula-lhe uma sobrecarga de sentido, que a transfigura. Assim, as mitologias – narrativas do tipo antigo dissipam-se, mas as ideologias recolhem e alimentam o nucleus do mito (Morin, 1986:157 In: Guedes, 1996:288)

Assim, no século XX, principalmente a partir dos anos 70, a crise ambiental³ vai se configurar nos discursos de diversos sujeitos históricos⁴ - organismos internacionais, cientistas, governos dos países desenvolvidos, ambientalistas e governos dos países considerados periféricos ou subdesenvolvidos - como um problema planetário, cosmológico e, como tal, a salvação dependeria de toda a humanidade.

As condições históricas objetivas para o surgimento da crise ecológica podem ser computadas, por um lado, ao fim da Guerra Fria e à contraposição com

³ Crise ambiental é geralmente associada às mudanças climáticas, como o aumento da temperatura da terra em decorrência do efeito estufa, devastação das florestas tropicais, redução da biodiversidade, exaustões e contaminações dos solos, extinção de animais silvestres, contaminação das águas doces e poluição dos mares, aumento da população e urbanização, uso de energia a base de recursos naturais não renováveis.

⁴ Todo discurso reflete uma certa prática social ao mesmo tempo em que é ele próprio, prática social. O discurso é também o espaço em que emergem as significações e onde saber e poder se articulam. Quem fala, fala de algum lugar, ou melhor, a fala do sujeito é produzida a partir de um determinado tempo e lugar e sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (Brandão; 2002:49).

o socialismo e, por outro lado, à necessidade de o próprio sistema capitalista refletir sobre as condições materiais de sua reprodução, que tem como particularidade intrínseca a demanda sempre crescente dos recursos naturais renováveis ou não renováveis.

A emergência da crise ambiental como debate público, baseado no discurso do esgotamento dos recursos naturais da terra, ganhou visibilidade e se fortaleceu a partir de 1989, data simbólica de uma nova era para o Capitalismo. É a partir da queda do muro de Berlim que a idéia do desaparecimento da natureza ilimitada cresce e ganha visibilidade. Neste sentido, parece significativo que o problema da escassez dos recursos somente tenha se colocado no momento em que o sistema capitalista pôde como sistema econômico pensar as bases de sua sustentação, uma vez que a ameaça exógena, assumida pelo socialismo, parece ter desaparecido.

No processo de construção do consenso mundial em torno da necessidade de considerar a crise ambiental como um problema planetário, os cientistas sociais, sujeitos na construção deste discurso, têm desempenhado um papel importante. É a ciência, com sua aparente neutralidade, que vai constituir-se como um outro elemento/sujeito da construção do discurso sobre a crise e o fortalecimento da idéia de planetarização. É a suposta neutralidade da ciência que vai respaldar a noção de planeta, como se ela e outras categorias, tais como ecossistema e natureza, teoricamente, estivessem numa condição de superioridade e exterioridade ao homem e às relações sociais. O poder da ciência é assim cooptado, coordenado, controlado e dominado pelo poder dos organismos internacionais e pelas organizações tecno-burocráticas.

À medida que a deterioração do ambiente passa a ser concebida como um desequilíbrio planetário, favorece as condições necessárias ao capitalismo mundial, por meio de organismos internacionais que o representam, ao mesmo tempo em que reforça a idéia planetária do próprio capitalismo, com a formulação do projeto de salvação do planeta. É daí que decorre a capacidade de o sistema formular **o discurso de unificar povos**, superar diferenças sociais e econômicas, em favor da última causa realmente humana: a salvação do planeta.

Segundo Fernandes(2000), por trás de todas as teses políticas sobre o meio ambiente e das próprias relações de poder, estão presentes a prática científica como seu suporte. É neste sentido que a ciência, a partir da naturalização da crise ambiental como um problema planetário, busca estabelecer um aparato teórico que unifique uma visão economicista e ambientalista, cujo processo vai se concretizar no conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Construção do discurso e modelo de desenvolvimento sustentável

A crise ambiental demarcada a partir do reconhecimento público - na década de 70 - da escassez dos recursos fósseis foi associada, quase que

automaticamente, ao problema da escassez de recursos energéticos e aos danos provocados pela produção de dejetos e gases poluentes, que passavam a ser concebidos como um problema que comprometia a vida do planeta.

A substituição do keynesianismo pelo liberalismo econômico favoreceu a crítica ao modelo de desenvolvimento implementado nos vinte anos de crise, ao mesmo tempo em que se formava um novo estágio da economia mundial. Assiste-se a uma mudança no discurso e nas preocupações com o desequilíbrio entre países do Primeiro e do Terceiro Mundo, que resultou nas políticas de ajuda. O marco desta mudança pode ser estabelecido e demarcado a partir do Relatório da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe, denominado de Nossa Própria Agenda, elaborada no ano de 1988. É no contexto desse novo modelo econômico globalizado e de interdependência entre as sociedades, nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais e na idéia de um mundo único, interdependente e orientado por uma concepção sistêmica de mundo, que o desenvolvimento é reconceituado, incluindo as questões relativas ao meio ambiente e às novas necessidades básicas e de bem estar, que obviamente devem estar vinculadas à economia de mercado.

É, portanto, mais uma vez sobre os auspícios da ONU, que os países industrializados do capitalismo central propõem uma nova política de desenvolvimento, expressa em termos políticos e determinada pelo reconhecimento dos limites dos recursos naturais e dos próprios limites do sistema industrial de produção. Política essa que orienta para a associação necessária entre o desenvolvimento e o meio ambiente e contribui para a emergência do movimento ambientalista em vários pontos do planeta.

O Clube de Roma publica em 1968 o Relatório Limites do Crescimento - mesmo ano da Conferência de Estocolmo - que contém idéias catastróficas e a reedição das teses malthusianas. A reversão deste quadro dependeria da capacidade da humanidade em limitar o crescimento econômico e populacional. Na Conferência de Estocolmo, é lançada a noção de *ecodesenvolvimento*, formulada ainda em 1971, em Founex, na Suíça, na reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Esse novo modelo de desenvolvimento se apresentava como resposta aos modelos tradicionais de desenvolvimento, tão exaltados no período pós-guerra. O modelo de *ecodesenvolvimento* foi apresentado como uma alternativa ao desenvolvimento tradicional e visava, ainda, discutir as possibilidades de superar o subdesenvolvimento. A noção de *ecodesenvolvimento* tem sido usada como sinônimo de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Fernandes (2000), um é sucedâneo do outro, ou seja, o segundo foi influenciado pelo primeiro e ambos são regidos por alguns princípios teóricos e metodológicos semelhantes, como o sistêmico e a interdisciplinaridade, no entanto, os dois conceitos não são sinônimos.

Dentre as várias mudanças que marcaram o último quartel (quarto) deste

século estão a Revolução no campo tecnológico-cultural, os movimentos no campo da política e da economia nos anos 70 e 80, um aparente triunfo do capitalismo sobre o socialismo e, conseqüentemente, a valorização do Capitalismo como um modelo econômico global. No campo das ciências sociais, já se vislumbravam em várias teorias e concepções de mundo a morte do sujeito e a autonomia das nações como prerrogativas dos novos contornos sociais. É neste contexto que a crise ecológica transforma-se em um problema político. Parte da comunidade científica internacional sintonizada com esse projeto social que emergira após a queda do Muro de Berlim, se mobiliza e, em aliança com a tecnocracia e os governos, principalmente dos países do Norte, formulou novos conceitos e modelos de desenvolvimento com o objetivo de assegurar o crescimento econômico e a preservação ambiental.

Uma das teses de Fernandes é que

o conceito e o modelo de Desenvolvimento Sustentável é apresentado como um modelo efetivamente capaz de articular, teoricamente as idéias de desenvolvimento e de meio ambiente ao mesmo tempo em que, na prática, possibilita a manutenção do ritmo de crescimento econômico, dos modelos de apropriação da natureza historicamente praticados nos países capitalistas desenvolvidos, estabelecendo diferentes formas de organização do trabalho, de apropriação da natureza e de gerenciamento de recursos naturais, principalmente para os países do Sul, onde se localizam ricos sistemas ecológicos que despertam forte interesse político e econômico por parte do poder hegemônico mundial (Fernandes, 2000:103).

O que se pode perceber é que a idéia de *unidade* e não de *diferenças* é a que prevalece nos discursos dos organismos internacionais. As diferenças, inclusive no aspecto ecológico, não servem de elementos definidores das desigualdades entre os países; pelo contrário, as diferenças são desconsideradas e dão lugar à idéia de **sistema único** e **unidade planetária** em torno dos problemas ecológicos, como se todos os países fossem consumidores e/ou processadores das mesmas quantidades de recursos naturais e, por conseguinte, produzissem os mesmos níveis de gases poluentes e de lixo industrial. Ou ainda, como se os problemas da escassez de recursos e da poluição não tivessem vínculos com o processo de industrialização dos países do Norte .

A divisão geo-política e econômica do pós-guerra estabeleceu a polaridade Leste-Oeste e entre capitalismo e socialismo; a bipolaridade entre Norte e Sul levou à construção de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, partindo de suposições teóricas e empíricas de que se tratavam de dois processos distintos. A abordagem dos problemas ambientais repete as mesmas suposições, ou seja,

não leva em consideração que as origens desses problemas estão na própria gênese dos sistemas econômicos mundiais. As políticas ecológicas globais são pensadas neste sentido, não põem em debate, porém, o papel dos maiores consumidores de recursos energéticos e produtores de lixo e gases poluentes. A produção, consumo e desperdícios nos países desenvolvidos são naturalizados tanto no seio do movimento ecológico internacional quanto nos organismos internacionais que articulam as políticas de enfrentamento dos problemas ambientais planetários.

A tendência é imprimir, para os países do sul, restrições ao desenvolvimento, associadas às políticas preservacionistas de *nichos ecológicos*, no sentido de assegurar seus estoques de recursos que passaram, com a crise ecológica, a ser compreendidos como de fundamental importância para a humanidade. Os *nichos ecológicos* ou a concepção de áreas naturais protegidas remete a um imaginário e símbolos do mundo natural, *de espaços mais profundos da psique humana: lugar de refúgio e contemplação, ilhas onde a mente humana pode se proteger da devastação da sociedade urbano-industrial* (Diegues:1996: 291).

São os *nichos ecológicos* resultados concretos do que se estabeleceu como a Divisão Ecológica Internacional - DEI, ou seja, áreas ricas em florestas, situadas principalmente em países subdesenvolvidos, às quais são atribuídas a função, precípua, de assegurar o equilíbrio ambiental global. Para Fernandes(2000), a Divisão Ecológica Internacional se fortalece a partir de três aspectos: **o primeiro**, diz respeito ao papel desempenhado pelo conhecimento científico, que, por meio de uma visão de mundo ecocêntrica, passa a valorizar categorias como ecossistemas, natureza e a própria noção de planeta; **o segundo** aspecto é a dependência dos países do Sul em relação aos países do Norte. Somente a condição de dependência de uma nação em relação à outra permite que sua identidade ou a de suas regiões sejam construídas fora dela, contando, inclusive, com o aval das elites políticas e científicas nacionais; **o terceiro** aspecto está explícito no discurso dos organismos institucionais, gestores da política ambiental, mas não aparece nas teses dos principais ecologistas. Ele diz respeito ao papel daqueles países que se transformaram em maiores consumidores de recursos naturais, produtores de gases poluentes e de lixo industrial.

A Divisão Ecológica Internacional, partindo de um discurso preservacionista e, conseqüentemente, da tentativa de garantir um *futuro comum*, tem apresentado como desdobramento não a proposta de mudanças nos modelos de produção e consumo dominantes, teoricamente os principais causadores dos problemas ambientais, mas uma série de medidas e de atribuições de responsabilidades que contribuem para a sua manutenção.

Neste contexto, a Amazônia assume um papel fundamental na consecução de tais objetivos e a recriação do mito do Paraíso Perdido, de uma Amazônia paradisíaca, é um dos elementos recolhidos pela ideologia para alimentar esse

mito e, conseqüentemente, a necessidade de manter esse paraíso intocado.

Conclusão

A representação do Paraíso e do Inferno tem a Amazônia como inspiradora de um reservatório de biodiversidade capaz de salvar a humanidade do destino trágico proporcionado por uma crise ambiental à qual é transformada, através do discurso, em crise ambiental global.

A Divisão Ecológica Internacional é um dos desdobramentos práticos desta representação e deste discurso. A Divisão Ecológica Internacional identifica as áreas a serem transformadas em áreas protegidas – reeditando, assim, de forma moderna, a reprodução do mito do paraíso perdido – e os organismos internacionais as definem como fornecedoras dos chamados serviços ecológicos imprescindíveis à humanidade, tais como acervo de água doce, reserva da biodiversidade, seqüestro de gás carbônico, reposição de recursos minerais, dentre outros.

Esta Divisão Ecológica Internacional encontra no modelo de Desenvolvimento Sustentável o suporte e o respaldo, inclusive científico, e, portanto, neutro, para a elaboração de uma proposta civilizatória, apresentada como um modelo para todos. Este discurso elaborado com a proposição de um modelo civilizatório, de salvação de toda a humanidade, possui um apelo muito forte. O desenvolvimento sustentável funciona mais como uma ideologia que propriamente uma teoria à medida que todas as abordagens centram-se na perspectiva da escassez dos recursos naturais e, conseqüentemente, todas as políticas são pensadas e propostas no sentido de reduzir os padrões de consumo, independentemente das realidades específicas das populações. Desta forma, esse discurso civilizatório funciona também como instrumento de supressão dos conflitos de interesses entre os diversos grupos sociais e entre as nações. Na verdade, todo esse discurso e seu aparato conceitual e prático funcionam como projeto político-ideológico de mobilização e do consenso de todas as nações.

A perspectiva é unificar globalmente o discurso sobre os problemas e soluções para a crise ecológica, construindo, assim, uma unidade acima de todas as diferenças. A Divisão Ecológica Internacional, em vez de ser encarada apenas de maneira negativa, pode ser vista como um desdobramento necessário da ação competente da comunidade científica internacional que deveria, depois de avaliar a situação real dos estoques de recursos naturais renováveis e não renováveis e das condições de poluição da biosfera e suas implicações sobre a qualidade de vida humana, propor um conjunto de ações e de medidas para o equacionamento dos problemas detectados.

Bibliografia

ANDRADE, Ma. Antonio Alonso. *Cultura política, identidade e representações sociais*.

- Recife: FJN/Ed. Massangano, 1999(Estudos e Pesquisas n. 107).
- BLAZQUEZ, Gustavo. Exercícios de Apresentação: Antropologia Social, rituais e representações. . In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção textos do Tempo), pp. 169-198.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves. Do Brasil no imaginário escatológico ao imaginário escatológico brasileiro. internet (ip241319@ip.pt)
- CANCELLI, Elizabeth. *A América do desejo: pesadelo, exotismo e sonho*. Brasília, 2002, digitado.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção textos do Tempo), pp 227- 267.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000 (Coleção Textos do Tempo).
- COELHO, Maria Célia Nunes. Desenvolvimento sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica da Amazônia. In: D'Incao, Maria ÂNGELA e Silveira, Isolda Maciel (orgs). *A Amazônia e a crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994, pp.381-387.
- _____. COTA, Raymundo Garcia. *Desenvolvimento e meio ambiente, um arcabouço teórico para o estudo da AMAZÔNIA*. Mimeo, NAEA/UFPA, 1996.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito do Paraíso Desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1996. pp 279-318.
- FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção textos do Tempo), pp 41-80.
- FERNANDES, Marcionila. *Implicações teóricas e práticas do Desenvolvimento Sustentável: Um estudo com base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Tese de doutorado. Recife: UFPE/CFCH, 2000.
- GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1996.
- VOLTAIRE. *Candido e o otimismo*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- ZANTELLI, Cláudio Luiz. *A Ilha brasileira na cartografia do século XVI e XVII, 1996* Pesquisado na. Internet em maio de 2002